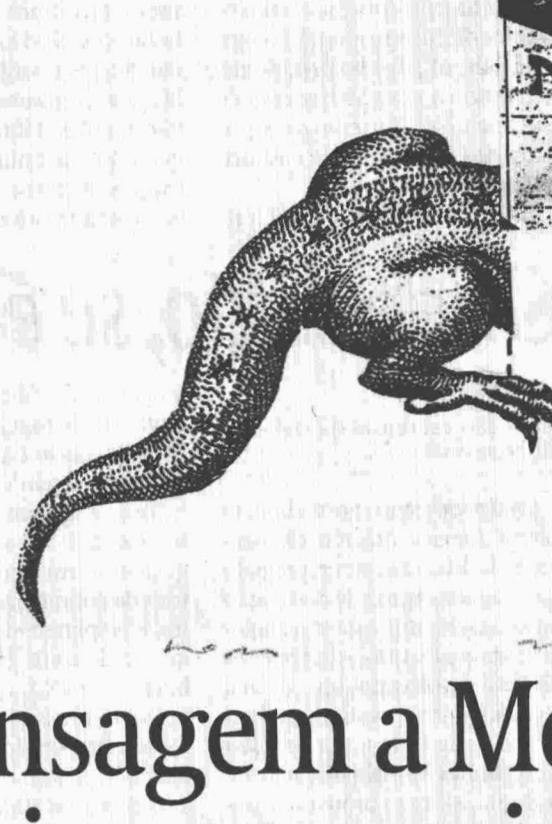


**M**ENSAGEM  
ECONOMIA  
BRASIL



# Mensagem a Meirelles e aviso ao presidente

ECONOMIA BRASIL

No Brasil, a inflação tolerável situa-se entre 12% e 18% ao ano. Por **Gil Pace e Rodrigo Delia C. Barbosa**

Julgamos ser produtivo intelectualmente a proposta de idéias que, por serem polêmicas, suscitam debates, questionamentos e chamam a atenção para situações importantes da atualidade econômica de nosso país; nesse contexto colocamos a inflação e suas consequências sobre uma economia necessitando de estruturação que permita iniciar a retomada do processo de desenvolvimento econômico e social que seja auto-sustentado e distribua seus benefícios de forma equânime.

Iniciamos por formular o conceito básico de inflação: a inflação ou processo inflacionário é caracterizado por aumentos generalizados e permanentes do nível geral de preços num dado ritmo, que pode ser moderado ou excessivo, medidos por índices de preços.

Já aqui surge o primeiro ponto

polêmico: até que nível a inflação pode ser considerada moderada? E a partir de que valor ela é considerada excessiva, chamada hiperinflação?

Embora a maioria dos economistas insista em marcar essa divisão por valores numéricos, a melhor divisão entre os dois processos é aquela que decorre das consequências do movimento dos preços sobre o sistema econômico; embora essa linha de separação do ponto de vista quantitativo seja difícil de ser feita, existirá um número para a economia de cada país que indicará que o mesmo adentre em hiperinflação.

Amelhor caracterização de que uma economia adentra num processo hiperinflacionário é quando o nível de preços se eleva a um ritmo tão rápido que a sociedade perde a confiança na moeda, na unidade monetária do país, fazendo com que a fuga de moeda ocorra em tal ordem que a velocidade de circulação da mesma seja tendente a valores imensuráveis de tão elevados (teoricamente se diz que a velocidade de circulação da moeda tende ao infinito). Nessa situação as transações da economia deixam de ser medidas pela moeda, e o sistema de preços torna-se inoperante nas intermediações: a moeda perde sua função de meio de trocas.

Como esse fenômeno não acontece de maneira instantânea, a taxa numérica de variação do índice de preços que indica a entrada de uma economia num estágio de hiperinflação não é fixa; trata-se de um processo onde ocorrem taxas elevadas e esse processo depende das condições específicas vigentes na economia do país, bem como do estágio de desenvolvimento econômico em que se encontra esse país: a evidência de que o processo de hiperinfla-

ção esta instalado é a fuga da moeda e não o valor da taxa de crescimento dos preços, observando que tanto o movimento de fuga de moeda como o de preços será repetido no tempo.

Neste ponto vamos lançar outra proposição polêmica: inflação tolerável, como sendo aquela inflação cujo movimento de alta dos preços ocorre sem que as pessoas (sociedade) o percebam e nem o levem em consideração ao momento de realizar suas compras ou efetuarem suas transações comerciais; a partir do momento em que o movimento altista dos preços começar a ser persistentemente lembrado, afetando as decisões de compra e fechamento de negócios, significa que a inflação atingiu um patamar preocupante, a partir do qual passa a ser intolerável para a boa saúde do sistema econômico. Desse ponto, expresso por reações sociais e medido por uma taxa de crescimento de preços, torna-se fundamental que seja adotada política de combate frontal ao processo inflacionário, sob pena de perda de seu controle e ingresso do país num regime desagregador da economia por ser hiperinflacionário.

Dessa proposição emerge outra que

crítico. De outra maneira podemos dizer que, qualquer que seja a pressão inflacionária, a experiência histórica mostra que ela será afetada para menos via adoção de política de aumento de produção: o padrão e a intensidade de intervenção do Estado no processo econômico e social de um país é função do estágio em que se encontra o desenvolvimento social e econômico desse país — “quanto mais subdesenvolvido econômica e socialmente o país, maior deverá ser a intervenção do Estado. Portanto, economias de livre mercado só têm condições de funcionarem plenamente em países de elevado grau de desenvolvimento econômico e social.

3. Em países mais pobres, onde ocorre elevado grau de concentração de renda e onde a classe de renda intermediária (média) é pequena em termos relativos, a sociedade é mais insensível a taxas elevadas de inflação; portanto, suporta maiores níveis de inflação tolerável; contudo vigora em tais casos o pernicioso processo: “a inflação de hoje, determinando a inflação de amanhã”, preliminar ocorrência da hiperinflação.

4. Não aceitar a existência de uma inflação tolerável vinculada ao padrão de desenvolvimento econômico e social do país é cometer o equívoco de confundir estabilidade econômica e monetária com inflação baixa. A busca de inflação zero como objetivo de se chegar à estabilidade econômica e monetária, sem levar em conta o estágio do desenvolvimento econômico do país, pode ser um fator importante na determinação da estagnação econômica, contrariamente ao que é desejável em qualquer país.

O exemplo clássico dessa conclusão foi o que aconteceu nos últimos dez anos com o Brasil, onde a postura de buscar zerar a inflação, assumida pelos governos, levou o país a baixas taxas de crescimento econômico, desemprego, concentração de renda e aumento da pobreza. Chamamos a atenção para o fato de que, tal como se nos apresentam as definições políticas e de políticas econômica no país, esse processo tende a ter continuidade com o governo do PT/Lula.

Segundo estudos e pesquisas por nós elaborados via “cross section” internacional, onde se levantou e relacionou o estágio de desenvolvimento econômico dos países com os padrões de inflação vigentes, pudemos estimar que para o Brasil a inflação tolerável se situa num intervalo de variação entre 12% e 18% ao ano.